

# **BIASES NA REPRESENTAÇÃO DE ASSUNTO: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA LITERATURA INTERNACIONAL DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Biases in Subject Representation: An Approach from the Library and Information Science International Literature

Suellen Oliveira Milani  
Universidade Estadual Paulista, suellenmilani@hotmail.com

**Resumo:** A representação de assunto pressupõe um poder que, valendo-se de processos e instrumentos convencionados, leva à construção de produtos por meio dos quais o usuário terá acesso à informação desejada – os denominados substitutos documentais. No entanto, há o risco de os substitutos documentais serem construídos com *biases* em dois contextos: em um contexto negativo, quando deixam de incluir diversas características, desprivilegiam grupos e temas ou contêm inclinações, desvios ou preconceitos. Já em um contexto positivo, percebem-se direcionamentos ou vieses que visam garantir especificidade a determinadas comunidades usuárias. Neste cenário polissêmico, surge uma questão importante: como as *biases* se compõem, se constroem e se comportam teoricamente na representação de assunto? Face a uma ainda incipiente presença de estudos sobre esses temas no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação, propomos uma discussão crítica a partir de um estudo exploratório e bibliográfico e um método indutivo no campo da organização da informação que possa situar, definir e caracterizar o fenômeno *bias* na representação de assunto.

**Palavras-chave:** Representação de assunto; *Bias*; Linguagem de indexação; Não neutralidade na representação de assunto

**Abstract:** Subject representation presupposes a power supported by conventional processes and tools for the construction of products – the document surrogates, which will enable the user to have access to the desired information. However, document surrogates may be constructed with bias in two contexts: in a negative context, they may introduce bias by leaving out diverse features, disenfranchising groups and topics or by conveying inclinations, detours or prejudices. In a positive context, slanting or tendency aimed to ensure specificity to a particular community of users can be perceived. Relevant questions arise from this polissemic scenario: how are biases composed and constructed and how do they act in subject representation from a theoretical point of view? Considering that the literature in Library and Information Science lacks studies on these issues, we propose a critical discussion from an exploratory and bibliographic study, and an inductive method, in the field of information organization in order to situate, define, and characterize bias in subject representation.

**Keywords:** Subject representation; Bias; Indexing language; Non neutrality in subject representation

## 1 INTRODUÇÃO

Tomamos a seguinte constatação de Olson (2002) como ponto de partida: a representação de assunto pressupõe um poder que, valendo-se de processos e instrumentos que não são neutros, mas, sim, construídos e convencionados, leva à construção de produtos que atuarão como um simulacro do documento ou como substitutos documentais (*document surrogates*). E será por meio desses substitutos documentais que o usuário terá acesso à informação desejada e dela poderá apropriar-se. Esses substitutos, portanto, viabilizam o processo de busca e recuperação da informação, como explicitado a seguir:

Em catálogos de bibliotecas, registros são criados para substituir documentos. Cada registro de catalogação é um substituto de um documento de algum tipo (livro, recursos de som, páginas da Internet etc.) e contém diferentes tipos de representações informacionais daquele documento. Esses registros são armazenados em uma base de dados onde podem ser pesquisados para recuperação dos documentos selecionados (Olson 2002, 3).

Entretanto, existe o risco de que esses registros contenham ou veiculem *biases*. Por vezes, essa possibilidade não é sequer observada ou percebida pelo indexador, catalogador de assunto ou classificador, principalmente quando este crê no mito da isenção, isto é, na sua suposta imparcialidade e na de seus instrumentos, neles depositando uma confiança incondicional sob o pretexto de uma competência profissional.

Cumpramos destacar a nossa opção por manter o termo original *bias(es)* em inglês por abranger, em língua portuguesa, as conotações negativas de *tendência*, *inclinação* ou *desvio* e as conotações de *direcionamento* ou *viés*. O termo inglês *bias* na área de organização da informação é polissêmico.

O termo *desvio* é entendido aqui na sua dimensão metafórica de *information detour*, ou seja, a busca por um caminho alternativo face ao caminho original. De início, vínhamos utilizando o termo *desvio* para tratar a questão ética das *biases*, mas percebemos que o mesmo não ampara o conceito de *bias* em sua totalidade, sendo apenas uma de suas conotações.

A origem e consolidação da discussão teórica sobre as *biases* ocorreram na literatura de língua inglesa, seguidas de uma discussão na literatura em língua espanhola por meio do termo *sesgo*. De acordo com Barité (2011, 241), *sesgo* emerge como área problema em diferentes textos relacionados às garantias literária, de usuário, cultural, acadêmica e organizacional, figurando como motivo de preocupação para os

responsáveis pelos vocabulários controlados “[...] por causa das suas implicações em relação à representação de valores universais, da utilização de terminologia ‘politicamente correta’ e da admissão de valores e expressões de culturas locais e minorias ou grupos sociais negligenciados [...]”

Devido ao caráter polissêmico do termo *bias* e à inexistência dessa discussão no âmbito da literatura em língua portuguesa na área de organização da informação, optamos por utilizá-lo em inglês, tomando como exemplo a utilização do termo *aboutness*, que na literatura em língua portuguesa já foi traduzido por *tematicidade*, *atinação* ou *sobrecidade* sem que, no entanto, se conseguisse atingir toda a abrangência semântica do termo em inglês.

Esforços conscientes dos bibliotecários para tentar reconhecer, encontrar e mesmo categorizar as *bias* poderiam configurar um comportamento de natureza metacognitiva (assim como as estratégias de leitura documental descritas por Cintra 1989), o que favoreceria o desenvolvimento das atividades de representação do assunto de um documento em um contexto que visasse à garantia cultural (Beghtol 2002).

A proposta<sup>1</sup> desse artigo encontra-se no âmbito da representação de assunto a partir de uma postura pós-estruturalista<sup>2</sup>, em busca de uma discussão crítica que possa melhor contextualizar o fenômeno das *bias* e contribuir para atenuar seus efeitos.

Nesse sentido, pretendemos responder: como as *bias* na representação de assunto se compõem, se constroem e se comportam teoricamente? Para tanto, partimos de uma ainda incipiente abordagem sobre a temática *bias* na literatura de Organização da Informação (McIlwaine 2003) para propor uma discussão crítica no campo da organização da informação que possa situar, definir e caracterizar o fenômeno *bias* na representação de assunto.

## 2 EXPLORANDO O CONCEITO DE *BIAS* NA REPRESENTAÇÃO DE ASSUNTO

Na literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação em língua inglesa há alguns argumentos relativos a *bias*, nem sempre assim denominados, que se relacionam diretamente ao próprio cerne da organização da informação, ou seja, à

---

<sup>1</sup> O presente artigo baseia-se em elementos extraídos da tese de doutorado intitulada “*Bias na representação de assunto: uma discussão de oposições binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)*” (UNESP, Marília) defendida em 2014 e financiada pela FAPESP.

<sup>2</sup> Adotamos uma postura pós-estruturalista, pois o Pós-Estruturalismo “[...] rejeita a existência de verdades absolutas e singulares, o que o torna um instrumento apropriado para tal questionamento” (Olson 2002, p.2).

máxima que a sustenta que é a de *representar para recuperar* ou, como prefere Smit (1987), *reunir e organizar para achar*.

Quando falamos sobre *biases* na representação de assunto, evocamos várias conotações que esse termo veicula. Se, por um lado, as conotações podem salientar aspectos discriminatórios ou preconceituosos de um determinado tópico no contexto de um sistema de informação específico, por outro lado, algumas conotações funcionariam como um direcionamento visando garantir especificidade.

De acordo com o Oxford English Dictionary (OED 2012), o termo *bias* vem do francês *biais* do século 14 com o sentido de “oblíquo, obliquidade”, passando pelo provençal *biais* (comparado ao *biais* advindo do antigo catalão e *biaise* ou *biase* no moderno). Em italiano, o termo *s-biescio* tem o sentido de “oblíquo, torto”.

A suposição de Diez de que [*bias*] vem do latim *bifax, bifacem* é explicada por Isidore como *duos habens obtutus* ‘olhar pelos dois lados’ e rejeitada, posteriormente, pelos pesquisadores romanos como foneticamente indefensável. [Esse termo é] [o]riginalmente considerado um adjetivo como no provençal *via biayssa* com o sentido de encruzilhada ou estrada oblíqua; mas, anteriormente, foi usado como substantivo em francês, sendo assim o primeiro exemplo que pode ser citado em inglês advém [de *bias* como um] substantivo (OED 2012).

O substantivo ou adjetivo *bias* consiste em:

[...] an inclination · leaning · tendency · bent · a preponderating disposition or propensity · predisposition towards · predilection · prejudice · slanting · oblique · set course in any direction · ordinary ‘way’ from or out of the bias · to put out · disconcert · confuse · put into disorder · an oblique or slanting line · only in the specific sense of a wedge-shaped piece or gore · cut obliquely to the texture of a woven fabric · on the bias: diagonally, across the texture · a swaying influence, impulse, or weight · off the straight · awry (OED, 2012)<sup>3</sup>.

Em contextos específicos, o termo *bias* assume outros significados, como em Estatística, em Geometria, em Corte e Costura, em Eletricidade, no jogo de boliche e no jogo de cricket. Enquanto verbo, *bias* pode significar: influenciar, inclinar, tender a ou direcionar, desviar ou afetar.

Em 1964, o Dr. S. R. Ranganathan fundou o periódico *Library Science with a Slant to Documentation and information studies* (atualmente intitulado *SRELS Journal of Information Management*), publicado pela Sarada Ranganathan Endowment for Library Science (Bangalore, Índia), o qual abrigava em seu título uma das conotações do termo

---

<sup>3</sup> As conotações do termo *bias* foram mantidas em inglês, conforme consta no Oxford English Dictionary, uma vez que se as traduzíssemos, perderíamos a essência de suas sutis diferenças.

*bias*, isto é, usava o termo *slant* com o sentido positivo de inclinação, direcionamento ou preferência.

Da mesma maneira, encontramos no livro *Indexing and abstracting in theory and practice* de Lancaster (1991) o adjetivo *slanted* sendo usado no contexto de confecção de resumos, conforme demonstra o trecho a seguir:

O termo *subject slanting*, às vezes, é utilizado com relação aos resumos. A conotação do termo é de que o resumo deveria ser *slanted* aos interesses dos usuários pretendidos. Isto é, na elaboração de resumos, assim como na indexação, a questão orientadora deveria ser: “Por qual motivo os nossos usuários se interessariam por esse item?” Resumos elaborados por uma organização para seu próprio uso deveriam ser sempre *slanted* às necessidades e interesses locais. A situação é um pouco mais complicada no caso dos serviços de resumos publicados (Lancaster 1991, 87-8).

No contexto de elaboração de resumos, Lancaster (1991) sinaliza a utilização do *direcionamento de assunto de acordo com os interesses dos usuários pretendidos* como algo positivo e desejado, mas adverte que tal medida seria útil a interesses e necessidades locais.

Evocando as conotações negativas do termo *bias*, temos a predominante questão do preconceito na representação de assunto. Nessa abordagem, as *biases* não estão limitadas a descrições individuais; há *biases* relacionadas a “[...] gênero, sexualidade, raça, idade, habilidade, etnicidade, linguagem e religião, [as quais] têm sido descritas como limites para a representação da diversidade e para os efetivos serviços biblioteconômicos a populações diversas” (Olson 2002, 7). As consequências práticas desses limites recaem sobre o usuário de bibliotecas que, “[...] em suas buscas por informação, podem ser auxiliados ou impedidos pelo arranjo do catálogo e pela localização física dos livros” (Olson 2001, 639).

Buscando analisar como os grupos e tópicos marginalizados são representados, Olson (2002, 9) especifica três problemas:

[P]rimeiro, satisfazer a maioria dos usuários da biblioteca algumas vezes resulta em uma representação de assunto sob *bias*; segundo, tentar ser objetivo pode resultar em tratamento igualitário quando o que se exige para acomodar as diferenças é um tratamento equitativo; e terceiro, a padronização torna os resultados da catalogação homogêneos e, então, impõe uma linguagem universal em diversos contextos.

As conclusões críticas apresentadas por Olson e Schlegl (2001) sugerem que, ao lidarem com *biases* negativas na representação de assunto, os bibliotecários devem considerar que os usuários não devem ser tratados enquanto um grupo homogêneo, o

que evocaria o conceito de “maioria”, mas como grupos heterogêneos. Quando se trata da objetividade na representação de assunto, as autoras alertam que, ao tentarmos incluir determinados aspectos de um domínio do conhecimento ou comunidade discursiva, muitas vezes acabamos, no limite, ressaltando determinado preconceito. Por fim, as autoras destacam que a eficácia do uso dos instrumentos na representação de assunto dependerá da utilização cuidadosa e equitativa dos mesmos pelos bibliotecários, o que inclui adaptações às necessidades locais.

A literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação contém mais tópicos que tratam dos problemas de marginalização das mulheres do que os referentes a outros temas. Olson e Schlegl (2001) acreditam que o motivo dessa ênfase seria, provavelmente, o reconhecimento de estudos de gênero nas disciplinas oficiais na maioria das universidades, o que pode ter levado os bibliotecários a se especializarem em tópicos veiculados pelos documentos destinados a essa comunidade discursiva.

Mesmo assim, por vezes os bibliotecários deparam-se com uma falta de linguagem para representar assuntos referentes às mulheres e, quando isso ocorre, de acordo com López-Huertas (2006, 223), “[...] os especialistas compensam essa falta de linguagem acrescentando uma expressão inequívoca da interdisciplina, como gênero, mulheres etc.” Nesse cenário, seriam as disciplinas ou temáticas que estariam estabelecendo os limites do discurso de gênero e não o domínio do conhecimento em si, conforme demonstram os exemplos: mulher e política; salários das mulheres; direitos sociais das mulheres; saúde e gênero.

Esse artigo parte da premissa de que os sistemas de informação orientam a maneira pela qual entendemos o mundo e as suas divisões, isto é, como enxergamos as coisas, por isso é importante que a reflexão sobre como podemos torná-los mais confiáveis deveria ser contínua e produtiva.

Pedimos a autorização dos leitores para apresentarmos uma citação extensa mas esclarecedora extraída de Olson (2001, 653) sobre as classificações:

As classificações de bibliotecas são lineares ao dispor os livros nas estantes ou nas bases de dados para que os usuários possam fazer o “browsing”. Como resultado, não é possível que um sistema de classificação reúna simultaneamente todos os aspectos ou facetas de uma obra, represente igualmente os múltiplos papéis das diferenças ou as complexidades descritas por [Brian C.] Vickery quando os [tópicos de assunto] não se encaixam nos escaninhos [da classificação]. As obras são reunidas por meio de uma faceta privilegiada que é, então, subdivida por outra, e assim por diante, criando uma hierarquia. Como resultado, uma faceta é o principal ponto de reunião e as outras facetas não estarão

reunidas no mesmo lugar. Elizabeth Spelman, em *Inessential Woman*, descreve o equivalente a tal classificação: “Imaginem um saguão enorme da alfândega com várias portas assinaladas ‘mulheres’, ‘homens’, ‘afro-americano’, ‘ásio-americano’, ‘euro-americano’, ‘hispano-americano’, ‘classe operária’, ‘classe média’, ‘classe alta’, ‘lésbica’, ‘gay’, ‘heterossexual’ e assim por diante... As portas estão dispostas em fileiras, então cada pessoa defronta-se com a primeira fileira de portas, que classificam as pessoas de acordo com o gênero; em seguida, uma fileira que as classifica conforme a raça, ou primeiro de acordo com a raça e depois de acordo com a classe e, então, conforme o gênero e assim por diante” (1988, p. 144<sup>4</sup>). Ordens de classificação diferentes produzem resultados diferentes. Se gênero for a primeira categoria classificatória seguida por raça ou etnia, todas as mulheres ficarão reunidas e todos os homens ficarão reunidos, mas os afro-americanos, euro-americanos, ázio-americanos e hispano-americanos estarão em dois lugares diferentes [, mulheres ou homens]. No entanto, se a primeira categoria classificatória for raça ou etnia, então todos os afrodescendentes, europeus, asiáticos e hispânicos estarão juntos, mas as mulheres estarão em quatro lugares diferentes e os homens estarão em quatro lugares diferentes. “Nós temos impressões diferentes das identidades das pessoas e do grau com que uma pessoa compartilha aspectos identitários com outra pessoa dependendo de quais são as portas, como elas estão ordenadas e como as pessoas devem prosseguir ao passar por elas” (Spelman 1988, 146)<sup>5</sup>.

Nós consideramos o arranjo construído pelas classificações<sup>6</sup> imprescindível às bibliotecas, pois a disposição dos livros nas prateleiras apresenta aos usuários outros caminhos para descobertas. Diferentemente das linguagens de indexação, e conforme o exemplo na citação acima, as classificações escolhem apenas um lugar para cada item do acervo, e os tópicos de assunto, percebidos por meio dos títulos e das capas dos livros que estão ao lado do item em questão, contribuiriam para que o usuário julgasse se aquele item é ou não é um candidato a ser consultado. Ao “correr os olhos” pelas prateleiras físicas ou virtuais e tomar contato com o arranjo do acervo, o usuário poderia desenvolver um processo de identificação, construção ou reconstrução de um domínio do conhecimento ou mesmo aspectos ligados diretamente à sua personalidade<sup>7</sup>.

Dessa maneira, a classificação postula *quais as diferenças que serão usadas como linhas divisoras entre os tópicos de assunto*; afinal, um sistema de classificação não

---

<sup>4</sup> Spelman, Elizabeth V. 1988. *Inessential Woman: Problems of Exclusion in Feminist Thought*. Boston: Beacon.

<sup>5</sup> O caráter contingencial das classificações fica evidente quando Michael Foucault inicia o prefácio do seu livro *The order of things* com uma passagem de Borges sobre a classificação dos animais monstruosos de certa enciclopédia chinesa, onde a primeira categoria de divisão dos animais seria “(a) pertencentes ao imperador”.

<sup>6</sup> “Como sabemos, se o *browsing* for feito nas prateleiras ou eletronicamente, é necessário algum tipo de arranjo que faça sentido para os usuários da biblioteca. Para estipular esse arranjo, a classificação por assunto tem sido usada como uma espécie de cartografia epistêmica - mapeando o conhecimento” (Olson 2001, p.652).

<sup>7</sup> “Enquanto não somos autores das maneiras pelas quais entendemos as nossas vidas, enquanto estivermos sujeitos aos regimes de significado, nós estamos envolvidos em uma autoprodução discursiva em que tentamos produzir alguma coerência e continuidade” (Lather 1991, p.118).

abrangeria simultaneamente todos os aspectos ou facetas de uma obra (Olson 2001). A propósito, vale lembrar que as classificações não são objeto de pesquisa deste estudo.

Geralmente, quando se fala em linguagens de indexação e *biases*, a primeira obra que vem à mente dos bibliotecários é o livro *Prejudices and antipathies: a tract on the LC Subject Heads Concerning People*, publicado por Sanford Berman, em 1971<sup>8</sup>. Nesta obra, Berman (1993) apresenta inconsistências, preconceitos ou traços de preconceitos presentes na Library of Congress Subject Headings (LCSH), que é a lista de cabeçalho de assuntos criada e gerenciada pela Library of Congress nos Estados Unidos. Na ocasião, o autor sugeriu várias alterações, inclusões e exclusões de cabeçalhos de assunto e referências cruzadas; trabalhos sobre o que foi alterado, parcialmente alterado ou permanece como estava na LCSH são publicados até os dias de hoje na literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação norte-americana.

Knowlton (2005, 126) lembra que desde a publicação de *Prejudices and Antipathies*,

[...] vêm ocorrendo muitas discussões sobre os argumentos de Berman (e propostas semelhantes) e muitas mudanças foram feitas na LCSH. As sugestões de Berman não ganharam aceitação universal, mas não se pode negar que as declarações sobre as *biases* na LCSH reforçaram uma tendência de valorização do exame minucioso que deve ser realizado na profissão de catalogação na atribuição de cabeçalhos de assunto referente às pessoas.

Os teóricos de Biblioteconomia e Ciência da Informação avaliam de diferentes maneiras as inclinações, preferências, tendências, vieses, preconceitos ou *biases* presentes nas linguagens de indexação ou delas provenientes, assim como ocorreu com as sugestões apresentadas por Berman.

### 3 MÉTODOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Com o objetivo de delinear conceitualmente o fenômeno *bias* na representação de assunto a partir da literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação, valemo-nos de um estudo exploratório e bibliográfico e adotamos um método de análise de dados indutivo.

Para a coleta de dados, o seguinte domínio conceitual foi estabelecido: *bias(es)*, *biased*, *misrepresent(ation)*, *prejudice*, *preconception*, *assumption*, *presumption*. Os

---

<sup>8</sup> A segunda edição desse livro, que é considerado um marco no que diz respeito ao tratamento dado às pessoas por meio da representação de assunto na Biblioteconomia, foi publicada em 1993 e encontra-se disponível no *website* do autor: <<http://www.sanfordberman.org/prejant.htm>>.

referidos termos foram objeto de busca nos títulos, subtítulos, resumos e palavras-chave dos artigos publicados entre 1996 e 2010 nas seguintes fontes:

- *Cataloging and Classification Quarterly*
- *Ethics and Information Technology*
- *Journal of Documentation*
- *Journal of Information Ethics*
- *Journal of the American Society for Information Science and Technology*
- *Knowledge Organization*
- *The Indexer*
- *Annual Review of Information Science and Technology*
- *Advances in Knowledge Organization: 1991 a 2010*
- *Proceedings of International Society for Knowledge Organization: Chapter for Canada and United States: 2007, 2009 e 2011.*

Essas fontes já foram objeto de análise de Guimarães et al. (2008) e mostraram-se efetivas.

Dos 4912 artigos científicos publicados neste período, 66 foram obtidos integralmente e extraídos para análise. Considerando o número relativamente pequeno de artigos científicos selecionados e o fato de os dados quantitativos serem indicativos e não conclusivos, não atribuímos nenhum tratamento estatístico ao *corpus* coletado.

Aplicamos a técnica de *close reading* a seleção de 66 artigos extraídos da literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação em língua inglesa. Na leitura atenta desse material, observamos que 19 artigos abordam aspectos conceituais referentes às *biases* na representação de assunto, enquanto os demais apenas citam a existência do problema, seja com o objetivo de introduzir um tema de pesquisa ou visando destacar tendências ou sugestões para investigações futuras. Por esse motivo, a discussão que apresentaremos emergiu dos 19 artigos selecionados.

Para aplicarmos a técnica do *close reading* (ou leitura atenta) aos 19 artigos selecionados, seguimos os quatorze passos propostos por McClennen (2001) e, então, interpretamos os artigos extraídos da literatura internacional. Os referidos passos envolvem desde orientações relacionadas a como ler um trecho do texto até como devemos analisar os significados das palavras, a estrutura do trecho e o seu contexto, ou seja, como este trecho se relaciona com o restante do texto.

McClennen (2001) orienta sobre como aplicar a técnica do *close reading*:

Observe que este processo parte dos menores *bits* de informação (palavras, som, pontuação) e vai até as combinações maiores (imagens, metáforas) e conceitos mais complexos (temas). O argumento final é baseado nestes pequenos níveis da passagem; é por isso que se chama *close reading*. É claro que o seu processo cognitivo pode não seguir esta ordem rígida (o meu geralmente não segue). Apenas não negligencie nenhum dos passos.

A seguir, apresentamos uma discussão crítica com as articulações percebidas entre Brey (1999), Buchanan (1999), Olson (1999, 2000), Olson e Schlegl (2001), McIlwaine (2003), Furner e Dunbar (2004), Fischer (2005), Knowlton (2005), Montesi e Gil Urdiciain (2005), Jacobs (2007), Strotzman (2007), Frohmann (2008), Hjørland (2008), López-Huertas e López-Pérez (2010), Mai (2010), e Edwards (2011). Embora Milani e Guimarães (2010, 2011) tenham cumprido todos os requisitos estabelecidos para a coleta de dados, não foram incluídos na análise a fim de evitarmos autocitações.

#### **4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O periódico *Cataloging and Classification Quarterly* foi a fonte mais fértil para coletarmos indícios sobre o que seriam as *biases* na representação de assunto, visto que prioriza publicações internacionais sobre a produção de registros bibliográficos. Reflexões sobre a Library of Congress Subject Headings (LCSH) apareceram em todos os artigos selecionados, o que não nos surpreendeu, pois esse é um periódico tradicional norte-americano que vem sustentando discussões sobre essa lista de cabeçalhos de assuntos há muitos anos.

Constatamos que muitos termos da LCSH contêm *biases* que, em alguns casos, se tornam evidentes pela utilização de uma linguagem a qual mostra um preconceito em favor de um ponto de vista em particular e contra outros (Knowlton 2005).

Fischer (2005) afirma que a presença de *biases* na LCSH deve-se possivelmente aos atrasos na atualização desta lista pela Library of Congress. É sabido que as revisões da LCSH envolvem procedimentos muito complicados e de alto custo e devem ser evitadas quando possível (Fischer 2005) e que, quando ocorrem, passam exclusivamente pelo crivo da Library of Congress (Olson 2000). Por esse motivo e apesar de ser utilizada mundialmente, a LCSH reflete as crenças e o contexto da instituição que a criou e mantém, o que leva à suposição de que a LCSH veicularia *American biases* (Fischer 2005).

Tipos específicos de inclinações prejudiciais presentes na LCSH são

apresentados, tais como as *biases* regionais (Strotzman 2007), ou seja, discriminações relacionadas à costa sudoeste dos Estados Unidos, particularmente ao estado do Novo México; as *biases* ideológicas, já que a LCSH tende a ignorar paradigmas diferentes no contexto das Ciências Sociais (Urbizagastegui Alvarado 1994<sup>9</sup> citado por Fischer 2005), e *biases* de gênero, sexualidade, raça, idade, habilidade, etnicidade, língua e religião (Olson 2000).

Para integrar tópicos de assuntos que representam as minorias sem isolá-los ou omiti-los e, assim, promover o acesso à informação de forma equitativa, as instituições devem abandonar a pretensão de que seus instrumentos são neutros. Olson (2000) adverte que a preservação dessa crença estimula a presença de *bias* ao representar as margens culturais.

Em síntese, no contexto do *Cataloging and Classification Quarterly* são discutidas tanto *biases* sistêmicas quanto terminologias com *biases*, principalmente referentes à LCSH.

A contribuição de Brey (1999) vem reforçar os objetivos do periódico *Ethics and Information Technology* ao oferecer respostas relacionadas a questões éticas, sociais e políticas associadas às tecnologias de informação e comunicação. Segundo ele, *biases* individuais e sociais ocorrem em jogos da realidade virtual, os quais são tendenciosos na medida em que favorecem certos valores ou interesses, o que lhes garante a caracterização de *biased*.

Segundo Mai (2010), *todas as classificações são biased de alguma forma*. Tal afirmação, feita em um artigo publicado no respeitado periódico inglês *Journal of Documentation*, ressalta a necessidade da transparência na classificação, um tema que vem se consolidando no campo da pesquisa teórica.

É preciso destacar que os artigos recuperados no periódico *Knowledge Organization* cumprem o objetivo principal da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), ou seja, promover a pesquisa, desenvolvimento e aplicações de sistemas de organização do conhecimento no que diz respeito ao avanço de abordagens filosóficas, psicológicas e semânticas de ordenação do conhecimento.

McIlwaine (2003) não apenas ressalta que a existência de *bias* é inevitável, mas também afirma que as *biases* religiosas e geográficas podem até ser úteis, desde que o sistema no qual elas estejam presentes englobe o mesmo contexto para o qual ela é

---

<sup>9</sup> Urbizagastegui Alvarado, Rubén. 1994. "Cataloging Pierre Bourdieu's books." *Cataloging & Classification Quarterly* 19: 89-105.

*biased*. Essa declaração reafirma que estruturas sistêmicas podem abrigar ou gerar *bias* nas classificações (Olson 1999) e podem promover limitações, como as *bias* inerentes aos esquemas de classificação bibliográfica no tocante às pessoas, por exemplo, às pessoas mestiças (Furner e Dunbar 2004). Outro contexto possível gerador de *bias* linguísticas são os resumos escritos pelos próprios autores que, na tentativa de promover os seus trabalhos, o fazem de forma tendenciosa ou por inexperiência na elaboração (Montesi e Gil Urdiciain 2005).

Olson (1999) chama a atenção da área para uma questão grave: a maneira pela qual realizamos a classificação não apenas reflete aspectos culturais que envolvem o *mainstream*, mas também atua como ferramenta desta cultura para reforçá-lo. A representação de assunto está intimamente ligada aos posicionamentos, inclusive políticos, tomados pelos bibliotecários.

Nos anais dos eventos da ISKO Internacional encontram-se discussões sobre até que ponto um domínio do conhecimento, no qual um documento é representado tematicamente, está sendo revelado e construído. Hjørland (2008) acredita que, ao representarmos assuntos, estamos, sim, contribuindo para a construção de um domínio. López-Huertas e López-Pérez (2010) concordam com ele e acreditam que, uma vez que se compreendam as articulações presentes no domínio do conhecimento, há possibilidades de se encontrar e evitar a representação de *bias* epistemológicas e teóricas referentes àquele domínio presentes nos instrumentos de representação. Em síntese, a representação de assunto será mais defensável quando todos os bibliotecários tentarem entender como se dá a produção de conhecimento em um domínio e a maneira pela qual esse domínio interage com a sociedade e é por ela afetado.

Inevitavelmente, seremos *biased* e subjetivos ao classificarmos e indexarmos assuntos, porque há muitas perspectivas dentro de um mesmo domínio do conhecimento, e teremos que escolher quais destas perspectivas representaremos. Essa é uma tomada de decisão ética.

De todos os periódicos analisados, o *The Indexer* foi o que nos ofereceu mais exemplos de como as *bias* se compõem. Isso pode ter se dado pelo fato de esse ser um periódico especializado na vertente temática da representação do conhecimento criado por indexadores.

Jacobs (2007) ressalta que, no processo de identificação, categorização e nomeação de conceitos e ideias, os indexadores podem introduzir *bias* por falta de conhecimento, descuido, suposições incorretas (inclusive quanto ao uso ou não do

“politicamente correto”) etc. Escolhas inadequadas ou criação de termos sem levar em consideração suas possíveis conotações, a inclusão de *biases* culturais e até pessoais são outros exemplos de distorções que podem ocorrer no processo de indexação.

Jacobs (2007) também menciona a presença de *biases* na estrutura hierárquica dos vocabulários controlados e esquemas de classificação, as denominadas *biases* sistêmicas. A autora afirma que, da mesma maneira, a estrutura utilizada para a construção de índices é enviesada, porque se vale de conceitos e crenças que não correspondem àqueles extraídos do documento e/ou às necessidades dos usuários.

Muitas dessas *biases* resultam de uma presunção humana comum, qual seja, a de acreditar que a nossa percepção do mundo é semelhante à dos autores e usuários. Jacobs (2007) lembra que precisamos estar conscientes de nossas responsabilidades éticas e que, se criarmos distorções no processo de indexação, estaremos interferindo nos direitos de expressão de opiniões e de acesso à informação.

Limitações semelhantes também podem advir de uma característica inerente à nossa linguagem: a linguagem evolui mais lentamente do que as mudanças sociais e os domínios do conhecimento<sup>10</sup>, o que gera limitações linguísticas as quais podem estimular constrangimentos sociais de identidade e sexismo durante a construção de um índice (Bell 1991). Uma vez que o indexador figura como autor do seu índice, sua terminologia revelará as suas presunções.

Poucos autores ousam dizer explicitamente como as *biases* na representação de assunto se comportam, ou seja, quais são suas consequências práticas. Apresentamos abaixo alguns exemplos que evidenciamos no estudo dessa questão:

- Incentivo ou introdução de preconceitos aos jovens leitores mediante uso de cabeçalhos que reflitam preconceitos populares com vistas à promoção do acesso à informação (Rogers 1993<sup>11</sup> citado por Fischer 2005);
- Indução a crenças falsas ou com *biases* (Brey 1999);
- Estigmatização de grupos de pessoas por meio de rótulos imprecisos ou degradantes (Knowlton 2005);
- Distanciamento dos documentos referentes aos grupos marginalizados de

---

<sup>10</sup> O que reitera o conceito de “chancela social” preconizado por Saussure (2006, p.92-93): “[...] se se tomasse a língua no tempo, sem a massa falante – suponha-se o indivíduo isolado que vivesse durante vários séculos – não se registraria talvez nenhuma alteração; o tempo não agiria sobre ela. Inversamente, se se considerasse a massa falante sem o tempo, não se veria o efeito das forças sociais agindo sobre a língua.”

<sup>11</sup>Rogers, Margaret N. 1993. “Are we on equal terms yet? Subject headings concerning women in LCSH, 1975-1991.” *Library Resources & Technical Services* 37: 181-196.

- seus próprios usuários (Olson e Schlegl 2001);
- Impacto na auto-imagem e identidade social dos usuários (Strotzman 2007);
  - Insinuação de que alguns pontos de vista são normais e outros incomuns (Knowlton 2005);
  - Falta de esclarecimentos sobre os atributos selecionados para caracterizar a essência de uma pessoa (e acrescentamos: de um domínio do conhecimento) por quem está categorizando (Furner e Dunbar 2004);
  - Possibilidade de os programas de realidade virtual tornarem-se menos úteis ou agradáveis aos usuários cujos valores ou interesses sejam negligenciados (Brey 1999);
  - Insinuação de que possam existir instrumentos de representação universais quando, na verdade, são as diferenças que permitem a especificidade na representação de assunto (McIlwaine 2003);
  - Inconsciência de que a classificação é um dos instrumentos de construção cultural eficientes para representar o *mainstream* da cultura que o originou (Olson 1999);
  - Utilização de classificações, tesouros ou listas de cabeçalho de assunto que refletem os interesses e necessidades de apenas uma parcela da comunidade usuária (*biases* geográficas), negligenciando as outras comunidades usuárias que fazem uso da mesma biblioteca (Hjørland 2008, McIlwaine 2003).

Confirmamos que existem algumas semelhanças entre os problemas relativos às *biases* enfrentados por determinados grupos e temas na representação de seus assuntos. Olson e Schlegl (2001) esclarecem que isso pode ser consequência das presunções que permeiam nossos tesouros, listas de cabeçalhos de assunto e classificações.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos que os termos escolhidos para representar o assunto de um documento, a notação de classificação a ele atribuída, seu resumo e índice correm o risco de serem construídos com *biases* em dois contextos.

Em um contexto negativo, os substitutos documentais e os instrumentos de representação de assunto introduzem *biases* “[...] quando deixa[m] de incluir diversos aspectos, desprivilegia[m] grupos e temas [...]” (Olson 2002, 15).

Assim, um substituto documental ou um instrumento de representação de assunto contendo *bias* veicularia:

- *inclinação ou tendenciosidade*, geralmente evocando crenças e princípios de quem os criou (conforme percebido nos textos de Brey 1999; Olson 1999 2000; Olson e Schlegl 2001; McIlwaine 2003; Fischer 2005; Montesi e Gil Urdiciain 2005; Jacobs 2007; Hjørland 2008; Mai 2010);
- *preconceito ou desvio* (conforme percebido nos textos de Bell 1991; Rogers 1993 citado por Fischer 2005; Urbizagastegui Alvarado 1994 citado por Fischer 2005; Olson 1999 2000; Furner e Dunbar 2004; Knowlton 2005; López-Huertas e López-Pérez 2010; Strottman 2007).

Já em um contexto positivo, apontam-se:

- *direcionamentos* ou *vieses* nos substitutos documentais ou instrumentos de representação de assunto visando garantir especificidade às comunidades usuárias por meio da representação de assunto (conforme percebido nos textos de McIlwaine 2003, Hjørland 2008).

A presença de *biases* negativas ou positivas na representação de assunto é inevitável, portanto não podemos esperar que esse processo seja neutro nem que seus instrumentos sejam isentos. Essa declaração questiona uma presunção subjacente à Biblioteconomia e Ciência da Informação que será discutida em estudos posteriores: a neutralidade.

A literatura analisada oferece algumas orientações práticas para que lidemos com a presença inevitável das *biases* negativas, já que as positivas são entendidas pelos profissionais da área de representação de assunto como garantias de especificidade ou representação de assunto com foco no usuário.

É importante dizer que a técnica de *close reading* mostrou-se confiável ao lidarmos com declarações textuais, além de salientar o quão ingênua uma revisão de

literatura pode ser quando os autores não se mostram cientes da subjetividade desse processo.

Sugerimos que investigações sobre a presença de *bíases* na representação de assunto continuem sendo desenvolvidas em busca de constantes negociações para a construção de substitutos documentais defensáveis. Essas investigações poderiam extrapolar os limites da área de organização da informação e adentrar outros setores, como serviço de referência, desenvolvimento de coleções e estudo de usuários.

Contribuições advindas da Linguística, Terminologia e abordagens feministas e das teorias críticas são imprescindíveis para reforçar que a neutralidade não existe na organização da informação e que, para abrigarmos as diferenças, devemos explorar os limites dos nossos instrumentos e justificar as nossas decisões relacionadas tanto ao controle de vocabulário quanto à leitura documental e análise de assunto.

## REFERÊNCIAS

Barité Roqueta, Mario. 2011. “La garantía literaria como herramienta de revisión de sistemas de organización del conocimiento: Modelo y aplicación.” Doctor’s Thesis, Universidad de Granada.

Beghtol, Clare. 2002. “A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems.” *Journal of Documentation* 58: 507-32.

Bell, Hazel K. 1991. “Bias in indexing and loaded language.” *The indexer* 17:173-77.

Berman, Sanford. 1993. *Prejudices and antipathies: A tract on the lc subject heads concerning people*. 2nd ed. Jefferson: McFarland & Company.

Brey, Philip. 1999. “The ethics of representation and action in virtual reality.” *Ethics and Information Technology* 1:5-14.

Buchanan, Elizabeth A. 1999. “An overview of information ethics issues in a world-wide context.” *Ethics and Information Technology* 1:193-201.

Cintra, Ana Maria Marques. 1989. “Estratégias de leitura em documentação”. In *Análise documentária: A análise da síntese*, edited by Johanna W. Smit, 29-38. 2. ed. Brasília: IBICT.

Edwards, Chloë. 2011. “Responsibility and bias in soviet classifications.” In *Proceedings of the Third North American Symposium on Knowledge Organization 16-17 June 2011 Toronto*. <http://journals.lib.washington.edu/index.php/nasko/article/view/12786>.

Fischer, Karen S. 2005. “Critical views of LCSH, 1990–2001: The third bibliographic essay.” *Cataloging & Classification Quarterly* 41:63-109.

Frohmann, Berman. 2008. "Subjectivity and information ethics." *Journal of the American Society for Information Science and Technology* 59:267-77.

Furner, Jonathan and Anthony W. Dunbar. 2004. "The treatment of topics relating to people of mixed race in bibliographic classification schemes: A critical race-theoretic approach." In *Knowledge Organization and the Global Information Society: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference 13-16 July, London*, edited by Ia C. McIlwaine. *Advances in knowledge organization* 9, 115-20. Würzburg: Ergon Verlag.

Guimarães, José Augusto C., Juan Carlos Fernández-Molina, Fábio Assis Pinho, and Suelen Oliveira Milani. 2008. "Ethics in the Knowledge Organization Environment: an overview of values and problems in the LIS literature." In *Cultural and Identity in Knowledge Organization: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference 5-8 August 2008, Montréal*, edited by Clément C. Arsenault and Joseph T. Tennis, J. T. *Advances in knowledge organization* 11, 340-46. Würzburg: Ergon Verlag.

Hjørland, Birger. 2008. "Deliberate bias in knowledge organization?" In *Cultural and Identity in Knowledge Organization: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference 5-8 August 2008, Montréal*, edited by Clément C. Arsenault and Joseph T. Tennis, J. T. *Advances in knowledge organization* 11, 256-61. Würzburg: Ergon Verlag.

Jacobs, Christine. 2007. "Ethical places, ethical spaces: stopping to listen." *The indexer* 25:161-66.

Knowlton, Steven A. 2005. "Three decades since prejudices and antipathies: A study of changes in the Library of Congress Subject Headings." *Cataloging & Classification Quarterly* 40:123-45.

Lancaster, Frederick W. 1991. *Indexing and abstracting in theory and practice*. London: ALA.

Lather, Patti. 1991. *Getting Smart: Feminist research and pedagogy with/in the postmodern*. New York: Routledge.

López-Huertas, María José. 2006. "Análisis del dominio interdisciplinar para la representación y organización del conocimiento." In *Políticas de memória e informação: Reflexos na organização do conhecimento*, edited by Maria Nélide González de Gómez e Evelyn Goyannes Dill Orrico, 209-35. Natal: EDUFRN.

López-Huertas, María José and María José López-Pérez. 2010. "Epistemological dynamics in scientific domains and their influence in knowledge organization." In *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference, 23-26 February 2010, Rome*, edited by Claudio Gnoli and Fulvio Mazzocchi. *Advances in knowledge organization* 12, 91-7. Würzburg: Ergon Verlag.

Mai, Jens-Erik. 2010. "Classification in a social world: bias and trust." *Journal of Documentation* 66:627-42.

McClennen, Sophia A. 2001. *How to do a close reading*.  
<http://www.personal.psu.edu/users/s/a/sam50/closeread.htm>

McIlwaine, Ia C. 2003. "Trends in knowledge organization research." *Knowledge Organization* 30:75-86.

Milani, Suellen O. and José Augusto C. Guimarães. 2010. "Bias in the indexing languages: theoretical approaches about feminine issues." In *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference, 23-26 February 2010, Rome*, edited by Claudio Gnoli and Fulvio Mazzocchi. *Advances in knowledge organization* 12, 424-29. Würzburg: Ergon Verlag.

Milani, Suellen O. and José Augusto C. Guimarães. 2011. "Biases in knowledge representation: An analysis of the feminine domain in brazilian indexing languages." In *Proceedings of the Third North American Symposium on Knowledge Organization 16-17 June 2011 Toronto*. <http://journals.lib.washington.edu/index.php/nasko/article/view/12794>

Montesi, Michela and Blanca Gil Urdiciain. 2005. "Recent linguistic research into author abstracts: its value for information science." *Knowledge Organization* 32:64-78.

Olson, Hope A. 1999. "Exclusivity, teleology and hierarchy: Our Aristotelian legacy." *Knowledge Organization* 26:65-73.

Olson, Hope A. 2000. "Difference, culture and change: The untapped potential of LCSH." *Cataloging & Classification Quarterly* 29:53-71.

Olson, Hope A. 2001. "The power to name: representation in library catalogs." *Journal of Women in Culture and Society* 26:639-68.

Olson, Hope A. 2002. *The power to name: Locating the limits or subject representation in libraries*. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher.

Olson, Hope A. and Rosa Schlegl. 2001. "Standardization, objectivity, and user focus: a meta-analysis of subject access critiques." *Cataloging & Classification Quarterly* 32:61-80.

Oxford English Dictionary Online. 2012. Oxford: Oxford University Press.  
<http://www.oed.com.ezproxy.lib.uwm.edu/>.

Saussure, Ferdinand de. 2006. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix.

Smit, Johanna W. 1987. *O que é documentação*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.

Strottman, Theresa A. 2007. "Some of our fifty are missing: Library of Congress Subject Headings for southwestern cultures and history." *Cataloging & Classification Quarterly* 45:41-64.